



Metropolitana

GESTÃO COMPARTILHADA

Prefeitos devem impor reconhecimento da RMC

Armando Salustiano

Os investimentos percebidos de maneira insuficientes para acelerar o desenvolvimento na Região Metropolitana do Cariri (RMC) levantam questionamentos sobre a eficácia do modelo administrativo aplicado desde 2009, em nove municípios. Se, para a maioria dos políticos, há falta de reconhecimento pelas instituições governamentais sobre a região, especialistas avaliam a necessidade de uma gestão compartilhada, com políticas públicas integradas.

O doutor em Desenvolvimento Urbano, Ivan Queiroz, que mantém uma linha de pesquisa sobre o tema na Ucra, onde também leciona, lembra que a adoção do modelo deve ser para que os nove municípios possam prosperar conjuntamente, o que, na prática, não está acontecendo. Ele ressalta a disputa por poder entre os prefeitos, principalmente do Crajubar, como fator de complicação para o

desenvolvimento regional. "Enquanto nossos representantes pensarem apenas no próprio quintal, sem visão de RMC, não haverá avanços significativos", acredita.

O especialista destaca que existe um alto grau de integração econômica, política e cultural (principalmente devido à proximidade física) entre as nove cidades, que deveriam se beneficiar mais de recursos como a liberação de verbas públicas ou financiamentos com bancos públicos. "A dinâmica na RMC existe, a vida metropolitana já é perceptível. Só faltam os investimentos, que tanto pode ser pela falta de uma união política local, como pela ausência de representantes nas esferas estadual e federal, que lute para trazer mais investimentos", cita.

Enquanto essa gestão compartilhada não acontece, a RMC deixa de receber investimentos relevantes a exemplo do Aterro Consorciado do Cariri, segundo Eraldo Oliveira, presidente da Autarquia Municipal do Meio Ambiente de Juazei-



ESPECIALISTA em Desenvolvimento Urbano aponta necessidade de integração política entre os nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri

ro (Amaju). "A RMC existe só no papel, o que não é suficiente. Isso prejudica até a adesão de financiamentos do governo federal, que os municípios não conseguem individualmente, para empreendimentos como esse", observa.

O prefeito Ronaldo Gomes de Mattos admite que a região já perdeu grandes oportunidades pelo fato de o reconhecimento não ser tão

grande quanto deveria. Ele disse que, durante esta semana, haverá uma rodada de convites aos prefeitos que compõem a RMC para discutirem meios de pressionar o Governo Federal, junto aos deputados da região e Ministérios competentes, para o maior reconhecimento regional. Como enfatizou, cabe aos políticos, prefeitos e deputados pressionar o Governo, sendo preciso um

empenho dos representantes do poder público para que, por meio da pressão, a RMC tenha o reconhecimento que merece.

Conforme o presidente do IBGE, Cícero Pereira, desde o censo de 2010, a lei que criou a RMC foi adotada pelo instituto. Sendo assim, o órgão de pesquisa reconhece a Lei Complementar nº 78, sancionada em junho de 2009, que une

Crato, Juazeiro, Barbalha, Farias Brito, Missão Velha, Caririú, Nova Olinda, Santana do Cariri e Jardim.

A equipe do Jornal do Cariri tentou contato telefônico com os prefeitos Rainilson Macedo (Juazeiro), José Leite (Barbalha) e Tardini (Missão Velha) para comentar o assunto, mas eles não atenderam ou retornaram as ligações até o fechamento desta edição.

ESGOTO ACÉU ABERTO

Mananciais sofrem com esgotamento sanitário irregular

Samylla Alves

As águas subterrâneas do Cariri são importantes fontes de abastecimento. Nas cidades de Barbalha e Juazeiro do Norte, o abastecimento público provém de água subterrânea, por meio de poços profundos ou fontes, cerca de 90%, cuja prestação de serviços é realizada, principalmente, pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Alguns poços da Bacia Sedimentar do Cariri localizam-se dentro de aglomerados populacionais e sofrem interferências em sua qualidade, devido ao lançamento de esgoto in natura do solo e em mananciais superficiais da região.

Análises de controle de qualidade da água da Cagece e relatórios de fiscalização da



MAIOR parte da população é obrigada a conviver com a falta de saneamento

Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) demonstraram redução da qualidade da

água destes mananciais, em função da frequente presença de nitrato nas amostras, o que indica a presença de poluentes

na água. A situação é preocupante e tem chamado a atenção dos órgãos públicos para a instalação de um sistema de es-

gotamento sanitário adequado.

De acordo com o coordenador de operação industrial da Cagece, Marcelo Gutierrez, Juazeiro possui 37,75% dos domicílios cobertos pela rede de esgoto, mas apenas 21,81% das residências estão interligadas ao sistema de esgotamento adequado. Em Barbalha, a situação não é diferente. O município possui uma cobertura de rede de esgoto de 54,47%, mas o número de residências interligadas é de apenas 9,8%.

O número de residências interligadas ao sistema é muito pequeno, por isso, a Cagece, em parceria com o Ministério Público, está enviando cartas às residências para alertar à população sobre a importância de interligar a rede de esgoto à Cagece. O procedimento é simples e a população vai pagar

uma taxa que varia de acordo com o volume de esgoto produzido. A taxa, além de custear o tratamento da água, visa estimular que a população utilize a água de forma consciente", explica Marcelo Gutierrez.

Tarifa de esgotamento

Algumas pessoas que já possuem residências interligadas ao sistema de esgotamento sanitário reclamam do valor cobrado, que é de 50% do volume consumido. Dona Maria dos Santos mora no condomínio Minha Casa Minha Vida, Bairro Aeroporto, em Juazeiro, e diz que o valor pago na conta de água é superior à taxa mensal que paga no imóvel. "A minha água está vindo R\$ 150,00. É o triplo do valor que eu pago para morar nesse imóvel. É um absurdo", finaliza.

ROMARIA DAS CANDEIAS

Comissão vai garantir maior assistência aos romeiros

Prestes a sediar um dos maiores eventos do calendário religioso de Juazeiro do Norte, a Romaria das Candeias, a Secretaria de Cultura e Romaria do Município coloca em ação a Comissão Permanente de Romarias, que trabalhará de 29 de janeiro a 02 de fevereiro, para garantir uma melhor assistência ao romeiro que chega até a cidade. Durante os cinco dias de festa das Candeias mais de 300 mil pessoas devem visitar o Município.

A Comissão Permanente de Romaria conta com 30 pessoas divididas em cinco grupos de ação: saúde, ação social, ouvidoria, segurança e marketing. "Com o apoio de



ROMARIA das Candeias deve atrair cerca de 300 mil romeiros entre os dias 29 de janeiro de 02 de fevereiro

do comércio ambulante nos arredores da Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores.

Os comerciantes que desejarem realizar a venda de seus produtos devem procurar a

Secretaria de Meio Ambiente do Município e realizar o cadastro para venda no Centro de Apoio ao romeiro. A medida visa garantir mais espaço para a circulação dos fiéis e o bom fluxo dos veículos.

A mudança não tem agradado aos comerciantes, que reclamam do baixo fluxo de romeiros no Centro de Apoio. "Ao lado da Basílica, a concentração de romeiros é bem maior e a gente consegue vender os nossos produtos mais rápido. Os visitantes não se acostumam a ter que ir ao Centro de Apoio para fazer um lanche ou comprar alguma lembrança. Quem sobrevive do comércio durante as romarias, acaba ficando no prejuízo", afirma a vendedora ambulante Maria Cicera Pereira.

SEM INTEGRAÇÃO entre os prefeitos, municípios da Região Metropolitana do Cariri perdem oportunidades de crescimento